

ainda, pela relação que estabeleceu entre as tecnologias do poder (outra expressão fundamental do vocabulário de Foucault) e o desenvolvimento do capitalismo.

Jacqueline Marques

Instituto Superior Miguel Torga

René Tapia Ormazábal. 1999. *Mamã Coca, Coca-Cola, Cocaína: Três Pessoas Numa Droga Só. Notas para um Ensaio sobre a Economia Política do Narcotráfico*. Lisboa: Editorial Caminho. 199 pp. ISBN: 972-21-1236-8.

Nas últimas décadas, tem-se assistido a incursões cada vez mais frequentes dos economistas em campos teóricos que extravasam o domínio da sua disciplina. De uma forma geral, o raciocínio utilitarista e maximizador da tradição neoclássica é aplicado na compreensão de fenómenos tão diversos como, por exemplo, crime, família, casamentos e divórcios, educação, discriminação social e, até, a afectação do tempo. O resultado é a elaboração de raciocínios de grande sofisticação e elegância formal, mas que, de uma forma geral, trazem resultados pouco convincentes.

Não é este o caso do livro de René Tapia Ormazábal, *Mamã Coca, Coca-Cola, Cocaína: Três Pessoas Numa Droga Só*. O seu estudo representa o esforço notável de um economista que se aventura fora do seu campo habitual, embora se afaste do tipo de investigações atrás mencionadas. Não se trata, portanto, da mera aplicação das ferramentas conceptuais da economia convencional ao estudo do fenómeno da droga. Pelo contrário, longe de uma economia pretensamente neutra em relação aos valores e alheia em relação aos fins, Ormazábal opta por explicar o fenómeno da droga como um processo geopolítico cujos fundamentos têm que ser procurados na economia política. Encarando a droga como um fenómeno multifacetado e complexo que comporta aspectos não só privados e sanitários mas também económicos, sociais e políticos, o autor propõe explicar 'por que é que a guerra às drogas é um mecanismo tanto ideológico de tergiversação como político de intimidação (p. 17)'. Uma das principais ideias do livro é que o tráfico de drogas, sendo o 'aspecto selvagem de um novo capitalismo em formação,

que escapa a todo o controlo regulador da economia (...) alimenta os mercados financeiros e, oculto nas políticas de liberalização, é mais uma expressão do domínio do sector financeiro sobre os produtores' (p. 21).

Repare-se que o autor não se limita a descrever, na sua obra, os processos económicos que explicam as características da procura, oferta e formação dos preços, ou seja, não se detém na descrição dos mecanismos de mercado. De facto, uma das originalidades maiores do seu livro é que constitui, como diz Alain Wallon no Prefácio, uma 'visita muito livre' (p. 14) ao mundo das substâncias, das suas propriedades, situando o seu aparecimento e o consumo num contexto social e histórico definido. O resultado é uma abordagem fundamentada e realista do fenómeno da droga.

Assim, na primeira parte da obra, o autor procura clarificar o conceito de 'droga', banalizado pela comunicação social na segunda metade do século XX. O termo, representa, na verdade, uma simplificação, pois diz respeito a uma variedade de substâncias e de realidades culturais extremamente diversificadas. Ormazábal explica as origens e as funções de um vasto leque de substâncias, nomeadamente, café, cacau, chá, tabaco, vinho, drogas sintéticas (anfetaminas, benzodiazepinas, barbitúricos, éter), ópio, láudano, haxixe, marijuana, morfina, heroína, cocaína e alucinogénicos.

Estabelecendo a diferença entre drogas legais e ilegais, o autor realça que a distinção não resulta de quaisquer características intrínsecas, mas sim de decisões jurídicas tomadas num determinado contexto, económico, político e cultural. Assim, ao lado de um consumo socialmente aceite de drogas legais cuja produção e comercialização é, na sua maioria, controlada por uma poderosa indústria, coexiste um mercado subterrâneo de drogas ilegais assegurado por empresas que, '*como todas as empresas, definem estratégias industriais e financeiras, mas que, além disso, obtêm uma sobretaxa ou benefício extraordinário pelo carácter ilegal do produto*' (p.42; itálico original). A obtenção deste lucro anormal — designado por renda de distribuição — é explicado através das características muito particulares do mercado das drogas ilegais. De facto, trata-se de um mercado oligopolístico, pelo lado da oferta, devido ao reduzido número de produtores e atomizado, pelo lado da procura. Sendo as-

sim, produtores e vendedores exercem uma larga influência na formação dos preços. Além disso, a fixação destes sofre um acréscimo devido à incorporação do risco de sanção. Por outro lado, os conflitos entre os agentes são resolvidos por métodos violentos, dada a impossibilidade de recorrer à justiça.

Um dos pontos mais interessantes do livro é a discussão sobre a história das drogas. Aí se explica como o aparecimento do sistema capitalista transformou certos instrumentos culturais – hoje designados por drogas e que faziam parte de um equilíbrio social mais amplo – em mercadorias sujeitas às regras de produção e distribuição capitalistas. Para o autor, a actual 'guerra das drogas' tem que ser explicada através da expansão e internacionalização do capitalismo. A sua história começa com a guerra do ópio, continua, por exemplo, com o proibicionismo americano nos começos do século XX, iniciando-se a fase actual, em 1961, com a Convenção Única sobre Estupefacientes. Como é claramente demonstrado ao longo da sua análise, a actual guerra 'enquadra-se na luta permanente (...) pelo domínio do mercado mundial que, hoje em dia, distingue entre as drogas do Sul e as drogas do Norte' (p.96).

Quando a China tentou impedir a entrada e o consumo do ópio no país, expulsando os comerciantes, na maioria ingleses, de Cantão, a Inglaterra, advogando a liberdade de comércio, deu início à Guerra do Ópio. Como resultado da derrota da China, este país, nos meados do século XIX, após a legalização definitiva do ópio, chegou a ser o primeiro produtor mundial e o primeiro consumidor com quinze milhões de fumadores nos princípios do século XX. Tudo isto em nome do comércio livre. Também na formação do 'Triângulo Dourado', constituído pelas fronteiras da Birmânia, do Laos e da Tailândia, o tráfico ilícito foi encorajado pelo exemplo francês no sul do Vietname e, mais tarde, na Indochina, onde, em 1897, Paul Doumer, futuro presidente da França, estabeleceu o monopólio estatal do ópio. Na história dos países do Crescente Dourado (Irão, Afeganistão e Paquistão), a produção e a comercialização das drogas tem que ser igualmente entendida como um processo geopolítico que configura o próprio trajecto do sistema capitalista. Assim, muito embora o fenómeno da droga se tenha vulgarizado nos países industrializados, a partir dos anos

60 do século XX, as suas raízes encontram-se no século XIX.

Hoje em dia, a droga mundializa-se, como afirma René Tapia, 'penetrando as actividades económicas e políticas (...) infiltrando-se no sistema financeiro (...) vulnerando as instituições' (p. 135). A narcocracia resulta da invasão das organizações criminais, como a Máfia, responsáveis pelo tráfico das drogas, na vida política e financeira, corrompendo as instituições.

A última parte do livro é dedicada à história da coca desde o tempo em que era mascada pelo índios andinos, cinco mil anos antes da chegada dos espanhóis, até à actualidade. Encarada pelos Incas como uma divindade e constituindo a essência dos ritos sociais e religiosos, a 'mamã coca', como era designada, na sequência da colonização espanhola e, séculos depois, do desenvolvimento da indústria química, veio a dar a origem à cocaína. As preocupações no controle do consumo e do tráfico de droga começam após o fim da Primeira Guerra Mundial, sendo um dos aspectos visíveis a realização das Conferências de Controle das Drogas. Para René Tapia, a campanha antidroga liderada pelos Estados Unidos visava, essencialmente, eliminar as fontes de financiamento dos seus concorrentes.

Utilizando o conceito de 'inimigo exterior' e reforçando a presença norte-americana na América Latina, a guerra às drogas dos Estados Unidos assentou na redução da oferta interna, através de duas estratégias: impedir a passagem da droga pela fronteira do país produtor, utilizando a destruição das colheitas, redução negociada da produção e eliminação por acordo das plantações e reprimir o tráfico, extraditando, capturando e condenando os narcotraficantes.

Na perspectiva do autor, esta política acaba por estimular o tráfico 'pois está baseada num silogismo de natureza policial que oculta uma tautologia'. Como explica detalhadamente, tudo se fundamenta numa premissa normativa: 'o tráfico tem que ser reprimido' para obter a conclusão 'o tráfico tem que continuar para ser reprimido' (p. 164). Muito embora sob o ponto de vista formal um silogismo deva apenas incluir três proposições, este contém outras. Assim, para além da premissa atrás enunciada, é necessário ainda considerar: a existência de uma rede de informadores para conhecer os traficantes; por sua vez, os informadores têm que

ser traficantes para conhecer os outros; a colaboração dos informadores implica que estes não deixem de ser traficantes. Note-se que esta conclusão serve de premissa implícita, anulando assim, o carácter supostamente lógico do juízo. De facto, são os próprios serviços – que deveriam combater o tráfico aqueles que acabam por alimentar a espiral criminosa. No entender do autor, a guerra às drogas acaba por ter a mesma função que a dívida externa no hemisfério sul: ‘não é para pagá-la nem para ganhá-la, é para mantê-la como elemento de pressão política sobre os governos latino-americanos e factor latente ou real de intervenção nos assuntos internos de cada país’ (p. 165). Num contexto de transição para um novo modo de regulação da economia, o tráfico de drogas está, assim, relacionado com a subordinação dos estados, a dívida externa, o ajuste estrutural, a liberalização dos mercados e o protecционismo camuflado. Esta a conclusão mais importante do livro de René Tapia Ormazábal e, sem dúvida, uma conclusão polémica, mas que o autor fundamenta de forma consistente ao longo da sua obra.

Estamos, portanto, perante um livro de indiscutível interesse não só para pesquisadores e profissionais que, em diferentes sectores, trabalham directamente com o tema da droga, mas, igualmente, para todos os que se interessam por uma economia comprometida com a realidade. Embora o autor anuncie a sua obra como um ‘livro de divulgação científica’ (p. 14), esse objectivo não só é amplamente cumprido, mas, na verdade, ultrapassado. De facto, trata-se de um importante ensaio onde são fornecidos elementos significativos para a constituição, crítica e disciplinar, de uma economia política do narcotráfico.

Vasco Almeida

Instituto Superior Miguel Torga

Marta Gil Lacruz. 2000. *Salud y Fuentes de Apoyo Social: Análisis de una Comunidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. Siglo Veintiuno. 258 pp. Anexos: pp. 259-269. ISBN: 87-7476-293-6

A autora deste trabalho de pesquisa, uma psicóloga comunitária, enquadra o(s) conceito(s) de saúde numa perspectiva social e de apoio comunitário. E começa por estabelecer uma análise crítica da designada ‘teoria das doenças da civilização’ que seria a tradução, para o campo da saúde, das propostas keynesianas para o estado de bem-estar, relacionando a diminuição da desigualdade social com uma maior homogeneização dos modos e as práticas da doença. Esta espécie de globalização dos fenómenos de saúde é discutida, por Marta Lacruz, tendo em conta diversos argumentos, nomeadamente, os da Organização Mundial de Saúde que contestam, como parciais, os indicadores utilizados para a fundamentação de tais teorias.

Neste âmbito, a autora tem a preocupação de destacar algumas problemáticas contemporâneas. Uma delas será a medicalização crescente e excessiva da sociedade actual, assim como a sua psicologização. A propósito desta problemática faz uma breve alusão ao poder médico e ao monopólio actual da medicina ocidental em relação à doença e à própria morte. Aquilo a que a autora apelida de medicina simplificada é aqui também alvo de crítica, pois ‘um modelo médico simplificado, biológico, individual, meramente assistencialista, seria também claramente insuficiente’ (p.10) para abarcar a multicausalidade de factores que incidem sobre a saúde. Reforçando esta ideia, a autora refere que a epidemiologia tem demonstrado a ‘intensificação e complexificação da influência do social sobre o biológico’ (p.10). Segue-se a problemática do individualismo na saúde. O entendimento quase dominante de que o indivíduo é o responsável pela sua própria saúde, encerrado no que se designa por ‘cultura somática’, tem como consequência quase inevitável a culpabilização do doente, considerando-o irresponsável e descuidado, o que leva a negligenciar as causas sociais da doença e, conseqüentemente, a não investir na saúde comunitária, limitando, por sua vez, a ‘capacidade de resposta comunitária e a participa-